

DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA

Termo de Referência 268/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
268/2025	749000-DIRETORIA DE COMUNI E TEC. DA INF. DA MARINHA	SERGIO HENRIQUE ATHAYDES FADANELLI	27/05/2026 15:12 (v 0.31)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		63394.000905/2025-80

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1.1. Contratação de licenças de atualização/ suporte e garantia para dois equipamentos, que fazem parte da solução de segurança de borda da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM). Atualmente, tornou-se de suma importância manter os equipamentos de segurança cibernética atualizados, a fim de mitigar possíveis ações de cibercriminosos. Além disso, a partir de 2020 ocorreu um investimento alto na troca dos equipamentos firewall e Intrusion Prevention System (IPS) e aquisição das suas respectivas licenças. Desta forma, é de suma importância manter as licenças em uso, a fim de preservar o investimento realizado pela Marinha do Brasil (MB), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	MFE Net Sec IPS-NS9500 Appl ARMA	27740	UN	N/A	1	60.000,00	60.000,00
2	NS 4portFOMod 10-1GigE 850nm 50um RMA	27740	UN	N/A	2	10.000,00	20.000,00
3	MFE NS9500 (10Gbps)	27502	UN	N/A	1	130.000,00	130.000,00
4	Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL	27502	UN	N/A	2	192.327,55	384.655,10

5	Licença SOLN SUPP 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW	27740	UN	N/A	2	87.757,99	175.515,98
---	--	-------	----	-----	---	-----------	------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Pregão, conforme previsto no Inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de manter a operacionalidade e a segurança cibernética da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM), por meio da renovação das licenças de atualização, suporte e garantia dos equipamentos Firewall Cisco FPR2140 e IPS Trellix NS9500. Esses equipamentos compõem a solução de segurança de borda responsável por proteger os sistemas, serviços e sítios institucionais da Marinha do Brasil (MB) contra ações de ciberdelinquentes. A substituição dessas licenças implicaria em elevado custo de aquisição e curva de aprendizagem adicional, pois a instituição possui infraestrutura consolidada e equipe capacitada nessas tecnologias há mais de 10 anos. O dimensionamento da contratação baseou-se em 5 (cinco) itens, totalizando 8 (oito) unidades/licenças, necessárias para a manutenção das unidades ativas, conforme levantamentos realizados no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A renovação permitirá a continuidade do suporte, das atualizações de segurança e da garantia dos equipamentos, preservando o investimento realizado em 2020, quando ocorreu a substituição dos sensores antigos em razão do end-of-life anunciado pelos fabricantes. A ausência de atualização das licenças reduziria significativamente a capacidade de defesa cibernética da MB, comprometendo serviços essenciais e de missão crítica.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

ALINHAMENTO PAC 2025	
ID	Objetivos Estratégicos
53	Aquisição de serviço de atualização/suporte dos equipamentos Firewall Cisco FPR2140.
344	Aquisição das licenças de serviço de atualização/suporte e garantia de troca de equipamento ou de componentes do appliance NS9500 e módulos adquiridos em 2020.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com *Plano Estratégico da Informação da Marinha (PETIM) 2022-2025* e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2025 da DCTIM, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE 04	Adotar medidas para o fortalecimento da Segurança da Informação e das Comunicações (SIC), de modo a garantir a confidencialidade, a integridade, disponibilidade e autenticidade da informação, protegendo-se das ameaças atuais e futuras. (2022-2025)
OE 05	Identificar e implementar procedimentos e medidas técnicas voltadas ao controle e à proteção dos Dados Pessoais. (2022-2025)

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
N.4.020	Contratação de serviço Cisco Technical Assistance Center (Firewall)	05	Possuir, no mínimo, 85% do licenciamento de suporte necessário.
N.4.007	Contratação de serviço de suporte para IPS	05	Possuir, no mínimo, 85% do licenciamento de suporte necessário.

2.4. A contratação em tela destina-se à sustentação da infraestrutura de segurança cibernética da Marinha do Brasil, indispensável ao funcionamento contínuo e seguro dos sistemas, serviços e sítios institucionais suportados pela RECIM, mediante a renovação das licenças de atualização, suporte e garantia das soluções Firewall Cisco FPR2140 e IPS Trellix NS9500, já implantadas no ambiente tecnológico da Contratante.

2.5. A contratação está alinhada às diretrizes de governança digital aplicáveis à Administração Pública Federal e ao ambiente institucional da Marinha do Brasil, na medida em que visa preservar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, bem como a continuidade dos serviços digitais e sistemas institucionais suportados pela Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM).

2.5.1. O objeto não consiste na criação, evolução ou disponibilização direta de serviço público digital ao cidadão, tampouco envolve integração funcional direta com a Plataforma gov.br. Assim, a integração à Plataforma gov.br não se aplica diretamente à presente contratação, sem prejuízo de a solução contribuir para a segurança, disponibilidade e continuidade dos serviços digitais institucionais que utilizem a infraestrutura protegida.

2.6. A presente contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos arts. 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, por se tratar de contratação de solução de TIC destinada à renovação de licenças de atualização, suporte e garantia de solução de segurança cibernética já implantada no ambiente tecnológico da Contratante, necessária à continuidade operacional e à preservação da segurança da informação.

2.7. A contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital vigente, especialmente no que se refere ao fortalecimento da segurança cibernética, à continuidade e à resiliência dos serviços digitais, à proteção de dados e à sustentação segura da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.

ALINHAMENTOS AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Aprimorar a Segurança da Informação e das Comunicações (SIC)

2.8. Na elaboração deste Termo de Referência e dos demais artefatos da contratação foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP, inclusive o modelo padronizado de Termo de Referência para contratação de serviços de TIC adotado neste processo.

2.9. Considerando que o objeto compreende licenciamento de software e serviços agregados, bem como ativos de TIC associados à solução de segurança cibernética, foi observado o Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022, no que couber, compatibilizando-se os requisitos da contratação com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em manter as licenças de atualização, suporte e garantia dos equipamentos de segurança de borda Firewall Cisco FPR2140 e IPS Trellix NS9500, que integram o ambiente de proteção da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM). O IPS Trellix NS9500 executa a detecção e prevenção de intrusões, protegendo a rede contra tráfego malicioso, negação de serviço (DoS) e ataques de malware, contribuindo para o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Firewall Cisco FPR2140 realiza inspeção profunda de pacotes, análise de tráfego SSL, controle de acesso e bloqueio de ameaças, proporcionando camadas adicionais de defesa entre redes confiáveis e a Internet. As soluções apresentam compatibilidade total com a infraestrutura atual, não exigindo novos investimentos em hardware, nem alterações de topologia ou políticas de segurança existentes. A equipe técnica da Marinha já possui pleno domínio das plataformas, o que assegura continuidade operacional sem necessidade de treinamento adicional. A contratação garante atualizações contínuas, suporte técnico 8X5NBD e manutenção de garantia, assegurando a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações institucionais. Entre os benefícios esperados, destacam-se:

- preservação da segurança e proteção da rede interna;
- manutenção de regras e políticas de segurança;
- controle e monitoramento do tráfego;
- proteção de dados sensíveis e continuidade dos serviços;
- mitigação de riscos; e
- integração com demais soluções de defesa cibernética.

A solução compreende duas soluções integradas de segurança cibernética, abrangendo as seguintes licenças de atualização, suporte e garantia, conforme o Estudo Técnico Preliminar nº 90/2025 e a tabela de estimativas do Termo de Referência:

- Solução de Prevenção de Intrusões (IPS Trellix NS9500):
 - Item 1 – Licença de serviço de suporte e garantia do appliance MFE Net Sec IPS-NS9500 Appl ARMA (1 unidade, CATSER 27740);
 - Item 2 – Licenças de serviço dos módulos ópticos NS 4port FO Mod 10-1GigE 850nm 50µm RMA (2 unidades, CATSER 27740); e
 - Item 3 – Licença de atualização de software do MFE NS9500 (10Gbps) (1 unidade, CATSER 27502).
- Solução de Firewall de Próxima Geração (Cisco FPR2140):
 - Item 4 – Licença de atualização, suporte e garantia Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL (2 unidades, CATSER 27502).

- Item 5 - Licença de serviço de suporte 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW (2 unidades, CATSER 27740).

Esses quantitativos asseguram a manutenção integral da solução de proteção da borda da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM), preservando o investimento realizado pela Marinha do Brasil em 2020 e garantindo a continuidade das operações de defesa cibernética institucional.

3.3. Para fins de atendimento à IN SGD/ME nº 94/2022, a área técnica declara que o objeto se enquadra como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, por consistir na renovação de subscrições/licenças de atualização, suporte e garantia de componentes de segurança de rede que apoiam processos institucionais e sustentam a proteção da infraestrutura de TIC da Marinha do Brasil.

3.4. A área técnica declara ter analisado as vedações previstas nos arts. 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94/2022, não tendo identificado vedação aplicável que impeça a presente contratação. As referências aos equipamentos, tecnologias e ecossistemas atualmente em uso decorrem da necessidade de compatibilidade técnica, continuidade operacional, preservação de investimentos, manutenção de políticas e configurações já implementadas, suporte e atualização de assinaturas de segurança, sem finalidade de restringir indevidamente a competitividade.

3.5. Quanto às normas específicas do Órgão Central do SISP, a área técnica não identificou, até a presente etapa da instrução, norma específica adicional aplicável ao objeto, além das regras gerais de contratação de soluções de TIC previstas na IN SGD/ME nº 94/2022 e dos modelos oficiais aplicáveis. Caso sobrevenha ou seja identificada norma específica pertinente antes da publicação do edital, a instrução será complementada e os artefatos serão ajustados no que couber.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Manter o parque tecnológico referente à solução Trellix Network Security Platform – Intrusion Prevention System (IPS) e Firepower, na Marinha do Brasil (MB) em plena operação, com as devidas atualizações de segurança e suporte remoto;

4.1.2. Melhorar a granularidade de informações para resolução de incidentes de rede, com a utilização de ferramentas atualizadas;

4.1.3. Preservação da integridade e confidencialidade das comunicações entre a instituição e demais órgãos, quando se tratar de tráfego sensível;

4.1.4. Proteção da infraestrutura de TI desta instituição de modo a impedir que a mesma seja utilizada para outros fins (por exemplo: processamento no Datacenter utilizado para mineração de bitcoins, links de Internet utilizados para download de conteúdo ilícito ou ataques de negação de serviço – DDoS);

4.1.5. A cobertura de suporte técnico, atualização e garantia técnica do objeto deverá permanecer vigente por, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.1.6. Manter a plataforma de tecnologia de segurança da informação utilizada por esta instituição;

4.1.7. A aquisição de licenças não poderá incorrer em investimentos adicionais de compra de ativos de hardware;

4.1.8. A aquisição de licenças não poderá incorrer em alteração de topologia ou de configurações e políticas já estabelecidas e configuradas no Sistema IPS atualmente em uso; e

4.1.9. As licenças de software deverão ser compatíveis com o ecossistema do Sistema IPS do modelo 9500 e Firepower modelo 2140, atualmente adotado na Marinha do Brasil.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação. Além disso, a equipe de segurança da informação já dispõe de conhecimento técnico na tecnologia a ser contratada;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções preventivas e corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.1. As manutenções preventivas compreendem as atualizações de sistema operacional, firmware e assinaturas de proteção da solução, disponibilizadas pelos fabricantes Trellix e Cisco, com o objetivo de corrigir vulnerabilidades e manter o desempenho dos equipamentos de segurança cibernética da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM).

4.4.2. As manutenções corretivas compreendem a substituição de peças e equipamentos cobertos por garantia, conforme política de suporte dos fabricantes, incluindo módulos ópticos, componentes eletrônicos e demais partes integrantes dos equipamentos contratados.

4.4.3. O serviço de reposição de peças (RMA) deverá ser realizado mediante abertura de chamado técnico junto à central de suporte da fabricante, com prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para envio dos materiais substitutos após aprovação do RMA.

4.4.4. No momento da entrega do equipamento substituto e confirmação de seu recebimento, deverão ser fornecidas à Contratante as instruções para devolução, sem ônus, do equipamento substituído ao fabricante, em prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

4.4.5. Todas as manutenções deverão ocorrer sem causar indisponibilidade não autorizada dos serviços críticos de rede, devendo seguir as janelas de atualização programadas e as normas de segurança da informação vigentes na Marinha do Brasil.

Requisitos Temporais

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de fornecimento	Prazo máximo de solução de problema
Fornecimento do grant number de ativação das licenças		N/A

	Até 10 dias corridos após a emissão da Nota de Empenho e assinatura do contrato	
Substituição de peças ou equipamentos sob garantia (RMA)	Até 5 dias úteis após a aprovação do RMA pelo suporte da fabricante	até 30 (trinta) dias úteis após a aprovação do RMA pelo suporte do fabricante.
Atendimento a chamados técnicos (suporte remoto)	Imediato após a abertura do chamado	Conforme prioridade definida pela fabricante

4.8.1. O fornecimento do grant number de ativação deverá ser encaminhado, em até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato, à caixa postal eletrônica a ser definida pela Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM).

4.8.2. A execução dos serviços de suporte das licenças terá início com o fornecimento do grant number e perdurará durante toda a vigência contratual.

4.8.3. A substituição de qualquer equipamento ou peça deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis, contados da aprovação do RMA pelo suporte do fabricante.

4.8.4. Todos os prazos operacionais serão considerados a partir da abertura do chamado técnico na central de suporte do fabricante.

4.8.5. A Contratada deverá manter a capacidade de suporte e manutenção durante toda a vigência do contrato, de modo a assegurar a continuidade dos serviços de segurança cibernética prestados à Marinha do Brasil.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e demais políticas e normas internas que poderão ser instituídas durante a vigência do contrato.

4.9.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da Marinha do Brasil, bem como às demais políticas e normas internas que venham a ser instituídas durante a vigência contratual.

4.9.2. A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir que seus empregados, representantes e prepostos cumpram integralmente as normas e diretrizes de segurança da informação e comunicações da MB durante a execução dos serviços contratados.

4.9.3. A Contratada deverá dar ciência a todos os seus colaboradores, sócios, diretores e representantes acerca das normas de segurança da informação aplicáveis no âmbito da execução contratual, bem como das diretrizes internas de proteção de dados e de uso adequado das informações técnicas e operacionais a que venham a ter acesso.

4.9.4. A Contratada deverá prestar prontamente os esclarecimentos e informações técnicas que lhe forem solicitados pela Contratante, relativos à natureza, ao andamento e aos resultados dos serviços executados, em conformidade com as normas de sigilo e segurança da informação vigentes.

4.9.5. A Contratada compromete-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, configurações, processos, rotinas e quaisquer outros materiais fornecidos ou gerados pela Contratante, comprometendo-se a não copiar, divulgar, utilizar em benefício próprio ou repassar a terceiros, no Brasil ou no exterior, sob pena das sanções administrativas, civis e penais cabíveis. Somente os representantes e prepostos expressamente autorizados por ambas as partes, cuja análise das informações confidenciais seja essencial para a execução contratual, terão acesso a essas informações.

4.9.6. A Contratada deverá adotar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações processadas ou trafegadas no âmbito da execução do contrato.

4.9.7. A solução contratada deverá prever mecanismos e procedimentos de comunicação de incidentes de segurança da informação, e a Contratada deverá informar imediatamente à Contratante qualquer incidente, vulnerabilidade ou evento que possa comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou autenticidade das informações, inclusive em casos de ação ou omissão que resultem em violação de sigilo ou indisponibilidade de serviços.

4.9.8. A Contratada deverá garantir que todas as atividades de tratamento de dados pessoais e informações sigilosas observem os princípios da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), reportando imediatamente qualquer incidente de privacidade à Contratante e às autoridades competentes, conforme aplicável.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1. As funcionalidades da solução deverão ser exibidas nas consoles, preferencialmente em português, ou, alternativamente, em inglês.

4.10.2 A CONTRATADA, bem como seus funcionários e prestadores de serviço, deverão observar as disposições da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental para a aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, além de outras providências.

4.10.3 Quando aplicável, a CONTRATADA deverá priorizar o uso de tecnologias ambientalmente responsáveis, utilizando materiais e equipamentos recicláveis ou reutilizáveis, conforme orientações do Guia de Contratações Sustentáveis, disponível no site da Advocacia-Geral da União (AGU).

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.12.1. Item 1 – MFE Net Sec IPS-NS9500 Appl ARMA – Quantidade: 1 (uma) unidade. Licença de serviço para suporte e direito de autorização de devolução de mercadoria do appliance modelo IPS-NS9500. O equipamento ficará protegido para substituição em caso de defeitos de tudo ou parte do mesmo.

4.12.2 Item 2 - NS 4port FO Mod 10-1GigE 850nm 50um RMA – Quantidade: 2 (duas) unidades. Licença de serviço para suporte e direito de autorização de devolução de mercadoria do módulo de expansão projetado para uso com cabo de fibra ótica multimodo NS 4port FO Mod 10-1GigE 850nm 50 microns.

4.12.3 Item 3 - MFE NS9500 (10Gbps) - Quantidade: 1 (uma) unidade. Licença de serviço para suporte e direito a atualização de segurança no software que executa no appliance NS9500.

4.12.4 Item 4 – Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL – Quantidade 2 (duas) unidades. Licença de serviço para suporte, direito a atualização de segurança e funcionalidades no software que executa no firepower 2140.

4.12.5 Item 5 – Licença SOLN SUPP 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW – Quantidade 2 (duas) unidades. Licença de serviço para suporte técnico da Cisco (Smart Net Total Care) para o Firepower, oferecendo assistência 8 horas por dia, 5 dias por semana, com resposta no próximo dia útil.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. Não se aplica, por se tratar de solução tecnológica de prateleira já utilizada pela Contratante.

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. A ativação das soluções será realizada pela equipe da Contratante.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Os serviços de suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.18. A Equipe do Centro de Tecnologia da Informação da Marinha (CTIM) que trabalhará com a solução é composta por Analistas e Técnicos de TI. Considerando que se trata de aquisição de uma solução para a qual a equipe do CTIM já possui um cabedal de conhecimento, os requisitos de formação permanecerão adequados no momento da manutenção das licenças objeto deste TR.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.19. A execução dos serviços está condicionada à assinatura do contrato, que constituirá o marco inicial para contagem dos prazos previstos neste Termo de Referência.

4.20. O objeto, os quantitativos e o local de prestação dos serviços são os definidos neste Termo de Referência e no contrato.

4.21. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.22. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.23. A CONTRATADA deverá fornecer número telefônico e e-mail para contato e registro de ocorrências sobre o acompanhamento do serviço contratado.

4.24. A Contratante será a responsável pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos entregues. A Contratada será responsável pelo fornecimento do grant number de ativação da nova licença.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.25. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.26. Respeitar a legislação vigente aplicável, especialmente a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — e a Lei nº 12.965/2014 — Marco Civil da Internet.

4.27. A solução contratada deverá observar, no que couber, as boas práticas previstas na ABNT NBR ISO/IEC 27002.

4.28. A Contratada deverá manter a integridade da rede de dados e das informações da MB durante a prestação dos serviços.

4.29. A Contratada deverá respeitar a Política de Segurança da Informação e Comunicações da MB, bem como as demais políticas e normas internas que poderão ser instituídas durante a vigência do contrato.

4.30. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em documentos, mídias, equipamentos, configurações, ambientes, rotinas, registros ou demais elementos de que venha a ter conhecimento durante a execução do objeto, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidade diversa da execução contratual, sob pena das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Vistoria

4.31. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, considerando que o objeto consiste na renovação de licenças, subscrições, suporte técnico, atualizações de segurança e garantia de soluções já implantadas no ambiente da Contratante, não havendo necessidade de levantamento físico prévio para formulação da proposta.

Sustentabilidade

4.32. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas as seguintes diretrizes, compatíveis com a natureza da contratação:

4.32.1. Considerando que o objeto consiste predominantemente em renovação de licenças, subscrições, atualizações de segurança, suporte técnico e garantia de soluções já implantadas, não há aquisição principal de novos equipamentos de TIC, razão pela qual os impactos ambientais diretos são reduzidos.

4.32.2. Quando houver substituição de componentes, módulos, acessórios ou equipamentos em decorrência de garantia, suporte técnico ou procedimento de RMA, a contratada deverá observar, no que couber, a destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos, a redução de embalagens, a reutilização ou reciclagem de materiais e as normas ambientais aplicáveis.

4.32.3. As embalagens eventualmente utilizadas deverão, sempre que possível, possuir volume mínimo necessário à proteção do material, privilegiar materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental e observar práticas adequadas de transporte e descarte.

4.32.4. Não se aplica a exigência de selo de eficiência energética, certificação INMETRO ou composição por material reciclado ao objeto principal da contratação, por se tratar de licenças, subscrições, atualização, suporte e garantia de soluções já instaladas, ressalvada a aplicação dessas exigências quando houver efetivo fornecimento ou substituição de componente físico.

Da comprovação de legitimidade do fornecimento, suporte e garantia

4.33. A licitante deverá comprovar, na forma prevista no edital, que possui condições de fornecer, renovar, ativar e manter a cobertura das licenças, subscrições, atualizações, suporte técnico, garantia e, quando aplicável, procedimentos de substituição/RMA relativos aos itens ofertados.

4.33.1. A comprovação poderá ser realizada por meio de carta de solidariedade do fabricante, declaração do fabricante, declaração de distribuidor oficial ou autorizado, comprovação de parceria/canal autorizado, documento de elegibilidade para suporte, certificado de licenciamento, consulta em portal oficial do fabricante, contrato de distribuição /autorização ou outro documento idôneo equivalente que demonstre a possibilidade de fornecimento regular, ativação das licenças e manutenção da cobertura de suporte e garantia.

4.33.2. A exigência prevista neste item tem por finalidade assegurar a autenticidade do licenciamento, a regularidade da cadeia de fornecimento, a continuidade das atualizações de segurança, o acesso aos canais oficiais de suporte e a execução da garantia/RMA quando aplicável, sem restringir a competitividade a uma forma única de comprovação.

4.33.3. A Administração poderá realizar diligências junto ao fabricante, distribuidor oficial, portal de licenciamento ou demais canais competentes para verificar a autenticidade, validade e abrangência dos documentos apresentados.

Subcontratação

4.34. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.34.1. A vedação à subcontratação justifica-se porque o objeto envolve fornecimento, renovação e ativação de licenças/subscrições, suporte técnico e garantia vinculados à cadeia de responsabilidade da contratada, do fabricante ou de rede autorizada. A execução direta pela contratada preserva a rastreabilidade do licenciamento, a autenticidade das chaves ou autorizações de uso, a integridade do suporte, a segurança da informação e a responsabilidade técnica perante a Administração.

Garantia da contratação

4.35. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.35.1. A não exigência de garantia da contratação justifica-se pela natureza do objeto, que consiste em renovação de licenças, subscrições, suporte e garantia de soluções já implantadas, com entrega predominantemente eletrônica e pagamento condicionado ao recebimento definitivo. O risco de inadimplemento é mitigado pela fiscalização contratual, pela exigência de comprovação de ativação ou cobertura das licenças, pela possibilidade de retenção de pagamento em caso de não conformidade e pela aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.36. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.36.1. Manter as licenças de serviço de atualização, suporte e garantia de troca de equipamento ou de seus componentes, relativas a 2 (duas) soluções/equipamentos de segurança de borda, estruturadas em 5 (cinco) itens, totalizando 8 (oito) unidades/licenças, de modo a assegurar a continuidade da proteção cibernética da RECIM e evitar a interrupção do suporte e do recebimento de atualizações dos fabricantes; e

4.36.2. Seguem abaixo as quantidades necessárias de licenças para atender dois equipamentos de proteção cibernética, conforme levantado no Estudo Técnico Preliminar:

ID	Descrição	CATSER	UN	Quantidade
1	MFE Net Sec IPS-NS9500 Appl ARMA	27740	Licença	1
2	NS 4port FO Mod 10-1GigE 850nm 50um RMA	27740	Licença	2
3	MFE NS9500 (10Gbps)	27502	Licença	1
4	Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL	27502	Licença	2
5	Licença SOLN SUPP 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW	27740	Licença	2

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. verificar, quando aplicável, a conformidade das licenças, subscrições, certificados, grants, documentação técnica e demais comprovantes de cobertura fornecidos pela contratada, observados os direitos de propriedade intelectual do fabricante e as condições de uso aplicáveis às soluções contratadas.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. fornecer as licenças, subscrições, certificados, grants, documentação técnica e demais comprovantes necessários à ativação, renovação e manutenção da cobertura contratada, observados os direitos de propriedade intelectual do fabricante e as condições de uso aplicáveis.
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. Não se aplicam obrigações adicionais nesta seção.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

6.1.2. A execução do objeto consistirá na disponibilização, renovação ou ativação das licenças, subscrições, atualizações, suporte técnico, garantia e demais coberturas contratadas, conforme o item adjudicado e contratado.

6.1.3. Para os itens 1, 2 e 3, relativos à solução IPS Trellix NS9500, a contratada deverá encaminhar o grant number, certificado de licenciamento, comprovante de cobertura ou documento equivalente para caixa postal eletrônica a ser definida pela DCTIM.

6.1.4. Para os itens 4 e 5, relativos à solução Cisco Firepower 2140, a contratada deverá comprovar a disponibilização, renovação ou vinculação das licenças/subscrições e da cobertura de suporte ao perfil, portal ou conta de gerenciamento da Contratante junto ao fabricante, encaminhando comunicação formal ao fiscal técnico.

6.1.5. A validação do recebimento das licenças e coberturas será realizada pela Contratante por meio da verificação dos documentos apresentados, do portal oficial do fabricante, quando aplicável, e da confirmação da ativação ou vinculação da cobertura aos equipamentos correspondentes.

6.1.6. A execução dos serviços de suporte das licenças terá início com a disponibilização do grant number, certificado, comprovação de cobertura ou vinculação no portal do fabricante, conforme aplicável, devendo permanecer ativa durante toda a vigência contratual.

6.1.7. O aceite/recusa definitivo ocorrerá dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, úteis, seguindo o estabelecido neste TR;

6.1.8. A emissão da nota fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços; e

6.1.9. Executado o objeto, será procedido o pagamento de acordo com os critérios e prazos estabelecidos no item Critério de Medição e Pagamento deste TR.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Centro de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (CTIM), situado à Rua 1º de Março, 118 – sobreloja;

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de forma ininterrupta, 24x7, 365 dias.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará forma ininterrupta, 24x7, 365 dias.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Em relação às licenças, não será necessária a disponibilização de material para instalação, uma vez que o objeto consiste no recebimento, por correio eletrônico, de grant number para ativação dos serviços relativos aos itens 1, 2 e 3 da tabela do item 1.1, enquanto a licença referente ao item 4 deverá ser disponibilizada no portal do fabricante, no qual a CONTRATANTE possui gerenciamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. Manter as licenças de serviço de atualização, suporte e garantia de troca de equipamento ou de seus componentes, relativas a 2 (duas) soluções/equipamentos de segurança de borda, estruturadas em 5 (cinco) itens, totalizando 8 (oito) unidades/licenças, de modo a assegurar a continuidade da proteção cibernética da RECIM e evitar a interrupção do suporte e do recebimento de atualizações dos fabricantes; e

6.5.2. Seguem abaixo as quantidades necessárias de licenças para atender dois equipamentos de proteção cibernética, conforme levantado no Estudo Técnico Preliminar:



ID	Descrição	CATSERV	UN	Quantidade
1	MFE Net Sec IPS-NS9500 Appl ARMA	27740	Licença	1
2	NS 4port FO Mod 10-1GigE 850nm 50um RMA	27740	Licença	2
3	MFE NS9500 (10Gbps)	27502	Licença	1
4	Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL	27502	Licença	2
5	Licença SOLN SUPP 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW	27740	Licença	2

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. O acompanhamento da execução observará os quantitativos, prazos e condições definidos neste Termo de Referência e no contrato.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados; e
- V) E-mails e Cartas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter confidencialidade sobre os dados, informações técnicas, configurações, documentos, mídias e demais elementos a que venha a ter acesso durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los para finalidade diversa da execução contratual, sob pena das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

6.11. O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência, quando aplicáveis aos empregados, prepostos ou representantes da contratada que venham a ter acesso a informações, configurações, dados técnicos ou ambientes da Contratante, integram este Termo de Referência como apêndices, sem prejuízo de que as informações constantes deste Termo de Referência não sejam classificadas como sigilosas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Alinhamento quanto às normas de segurança da informação, às diretrizes de proteção de dados e aos procedimentos operacionais aplicáveis à execução contratual.

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pela fiscalização contratual, observando-se os prazos, quantitativos, condições de entrega, ativação, disponibilização das licenças/subscrições, cobertura de suporte, garantia e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

8.1.1. A aferição da execução contratual considerará a comprovação da disponibilização, ativação ou renovação das licenças/subscrições, a manutenção da cobertura de suporte e garantia, a conformidade da documentação apresentada, o atendimento aos prazos contratuais e a regularidade da Nota Fiscal/Fatura.

8.1.2. Eventuais atrasos, falhas de execução, ausência de comprovação de cobertura, inconsistências de licenciamento ou descumprimento das condições previstas neste Termo de Referência poderão ensejar retenção, glosa ou ajuste proporcional no pagamento, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções administrativas previstas em item próprio.

8.2. Será indicada a retenção, glosa ou ajuste no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de disponibilizar, ativar, renovar ou comprovar adequadamente as licenças, subscrições, suporte, garantia ou demais coberturas contratadas, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2.4. A aplicação de retenção, glosa ou ajuste no pagamento não se confunde com sanção administrativa, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis nos termos do item próprio deste Termo de Referência.

8.3. A fiscalização poderá utilizar listas de verificação, consulta a portais oficiais dos fabricantes, análise de certificados de licenciamento, documentos de elegibilidade para suporte, grants, comprovantes de cobertura, protocolos de ativação, comunicações formais da contratada e demais meios idôneos para avaliar a conformidade da execução contratual.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de comprovação da execução do objeto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a documentação será devolvida à Contratada pelo Fiscal do Contrato, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

8.4.2. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

8.4.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos itens efetivamente adjudicados e contratados, às licenças/subscrições disponibilizadas, ao suporte, à garantia e às demais coberturas contratadas;

8.4.4. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação formal da Contratada, acompanhada da comprovação da disponibilização, ativação, renovação ou vinculação das licenças/subscrições, suporte, garantia e demais coberturas contratadas.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato avaliará a execução do objeto e, quando cabível, o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços, registrando o resultado em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato, inclusive para fins de eventual redimensionamento dos valores a serem pagos à Contratada.

8.11. Ao final de cada evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados, podendo resultar em retenção, glosa ou ajuste proporcional dos valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, ausência de cobertura, inconsistência de licenciamento ou desconformidade com as exigências contratuais, cabendo à fiscalização não atestar a única ou última medição até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da única ou última medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão das verificações em portais oficiais dos fabricantes, à confirmação de ativação ou vinculação das licenças/subscrições, à comprovação da cobertura de suporte e garantia e à entrega da documentação técnica exigível.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis em item próprio.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como os demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.18.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e às ocorrências eventualmente registradas;

8.18.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.18.5. enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do objeto nem a responsabilidade administrativa, civil ou penal por falhas, vícios, desconformidades ou danos decorrentes da execução contratual.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Para os itens 1, 2 e 3, relativos à solução IPS Trellex NS9500, o recebimento provisório ocorrerá mediante recebimento e análise do grant number, certificado de licenciamento, comprovante de cobertura ou documento equivalente, e o recebimento definitivo ocorrerá após a validação da ativação, renovação ou vinculação das respectivas licenças/subscrições e coberturas;

8.22.2. Para o item 4, relativo à licença Cisco FPR2140 Threat Defense Threat, Malware and URL, o recebimento provisório ocorrerá mediante comprovação da disponibilização ou vinculação da licença no portal do fabricante, no qual a Contratante possui gerenciamento, e o recebimento definitivo ocorrerá após a validação da ativação ou vinculação da licença ao equipamento correspondente;

8.22.3. Para o item 5, relativo à licença SOLN SUPP 8X5XNBD Cisco Firepower 2140 NGFW, o recebimento provisório ocorrerá mediante comprovação da ativação ou vinculação da cobertura de suporte técnico contratada ao equipamento correspondente, e o recebimento definitivo ocorrerá após a validação dessa cobertura pela Contratante;

8.22.4. a avaliação da qualidade dos serviços será realizada a partir da aplicação de listas de verificação, consulta a portais oficiais, análise documental e demais meios idôneos compatíveis com os critérios de aceitação definidos neste Termo de Referência e no contrato;

8.22.5. a identificação de não conformidade com os termos contratuais deverá ser registrada pela fiscalização, com indicação das providências necessárias à correção; e

8.22.6. deverão, ainda, ser observados, para fins de recebimento provisório e definitivo, os procedimentos detalhados nesta Seção 8 e nas disposições aplicáveis à fiscalização e ao recebimento do objeto constantes deste Termo de Referência.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 07 /04/2026.

8.40. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.43. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.44. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado cedente, a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente pela execução do objeto contratual, restando incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis ao regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a manutenção e/ou operação dos sistemas.	Multa de 0,1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 0,5 % do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
	Suspender ou interromper, salvo	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato.

6	motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e

julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2 O fornecimento do objeto será integral.

Regime de Execução

10.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

10.3.1. Admite-se a celebração de mais de um contrato, em razão da adjudicação por item das soluções de IPS e de Firewall, sem prejuízo da economicidade, uma vez que a solução está estruturada em dois conjuntos tecnológicos distintos e independentes entre si, a saber: (i) solução de prevenção de intrusões IPS Trellix NS9500, correspondente aos itens 1, 2 e 3; e (ii) solução de firewall de próxima geração Cisco FPR2140, correspondente aos itens 4 e 5.

10.3.2. A eventual contratação de empresas distintas para as soluções de IPS e de Firewall não acarreta perda de economia de escala, tendo em vista que se tratam de plataformas tecnológicas distintas, já implantadas no ambiente da Contratante, com licenças, suportes e garantias próprios.

10.3.3. A execução simultânea por mais de uma contratada é possível e conveniente, uma vez que os objetos referem-se, essencialmente, à renovação de licenças, suporte e garantia de soluções já existentes, cuja ativação e gestão operacional ordinária permanecem sob responsabilidade da Contratante.

10.3.4. Há possibilidade de controle individualizado da execução contratual por item e por contratado, mediante acompanhamento pela fiscalização técnica e administrativa, com verificação específica da vigência das licenças, da cobertura de suporte, da garantia e do atendimento aos requisitos de cada fabricante e de cada plataforma.

10.3.5. Embora os itens 1 e 2 possuam valor estimado individual inferior a R\$ 80.000,00, não será adotada exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que, no caso concreto, a medida não se revela vantajosa para a Administração e poderá acarretar prejuízo ao conjunto do objeto, tendo em vista que tais itens compõem solução de segurança cibernética já implantada no ambiente da Contratante, demandando padronização tecnológica, compatibilidade técnica, continuidade operacional, suporte especializado e preservação da segurança da informação.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: não se aplica, por não se tratar de atividade sujeita a registro em conselho profissional.

10.34. Prova de atendimento aos requisitos técnicos previstos neste Termo de Referência, mediante apresentação de documentação técnica, declaração do fabricante, comprovação de canal autorizado, certificado de licenciamento, documento de elegibilidade para suporte ou outro meio idôneo que demonstre a capacidade de fornecimento, renovação, ativação e manutenção da cobertura das licenças/subscrições objeto da contratação.

10.35. Comprovação de aptidão para execução de objeto similar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência no fornecimento, renovação, ativação ou suporte de licenças, subscrições, garantia ou suporte técnico de soluções de segurança de rede, firewall, IPS, threat prevention, malware protection, URL filtering ou objeto tecnicamente equivalente.

10.35.1. Os atestados não precisarão indicar marca ou fabricante específico, bastando comprovar compatibilidade técnica com a natureza do objeto.

10.35.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.35.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço, telefone, e-mail atual da contratante e local em que foi executado o objeto.

10.35.4. A exigência de qualificação técnica justifica-se pela criticidade da solução de segurança de borda da RECI, pela necessidade de licenciamento válido, suporte ativo, atualização contínua de assinaturas e garantia/RMA, bem como pelo risco de indisponibilidade ou redução da capacidade de proteção cibernética em caso de fornecimento inadequado.

10.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.44.6.1. ata de fundação;

10.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.44.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 770.171,08 (setecentos e setenta mil, cento e setenta e um reais e oito centavos), conforme planilha de custos unitários constante do Anexo I Estimativa de Custos e Formação de Preços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Unidade Gestora Responsável: 749000;

II) Unidade Gestora Executora: 740014;

III) Fonte de recursos: 1000000000;

IV) Programa de trabalho: 228723;

V) Elemento de despesa: 339040; e

VI) Plano interno: FKD111XSMDC.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da respectiva Lei Orçamentária e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Após a aprovação dos artefatos e a adoção das providências cabíveis, o edital, seus anexos e o contrato serão divulgados e mantidos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com publicação do extrato do edital no Diário Oficial da União. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no PNCP os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, observadas as regras de publicidade, transparência e eventual restrição de acesso aplicáveis.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Pagamento único relativo aos itens efetivamente adjudicados e contratados com a respectiva contratada.	até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela contratada e o regular ateste pela fiscalização competente, observadas as condições de recebimento provisório e definitivo previstas neste Termo de Referência.	Conforme valor adjudicado e contratado para os respectivos itens constantes do contrato ou instrumento equivalente.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCUS ROGERS CAVALCANTE ANDRADE
Integrante Requisitante

SERGIO HENRIQUE ATHAYDES FADANELLI
Integrante Técnico

DANIEL ALBERTO CAMPOS DA CUNHA VASQUES
Integrante Técnico

CAMILA DIAS DA SILVA MEDEIROS
Integrante Técnico

JEFFERSON DE LIMA RAMOS CABRAL
Integrante Administrativo

MARIA CARNEIRO DE REZENDE

Autoridade Máxima da Área de TI